

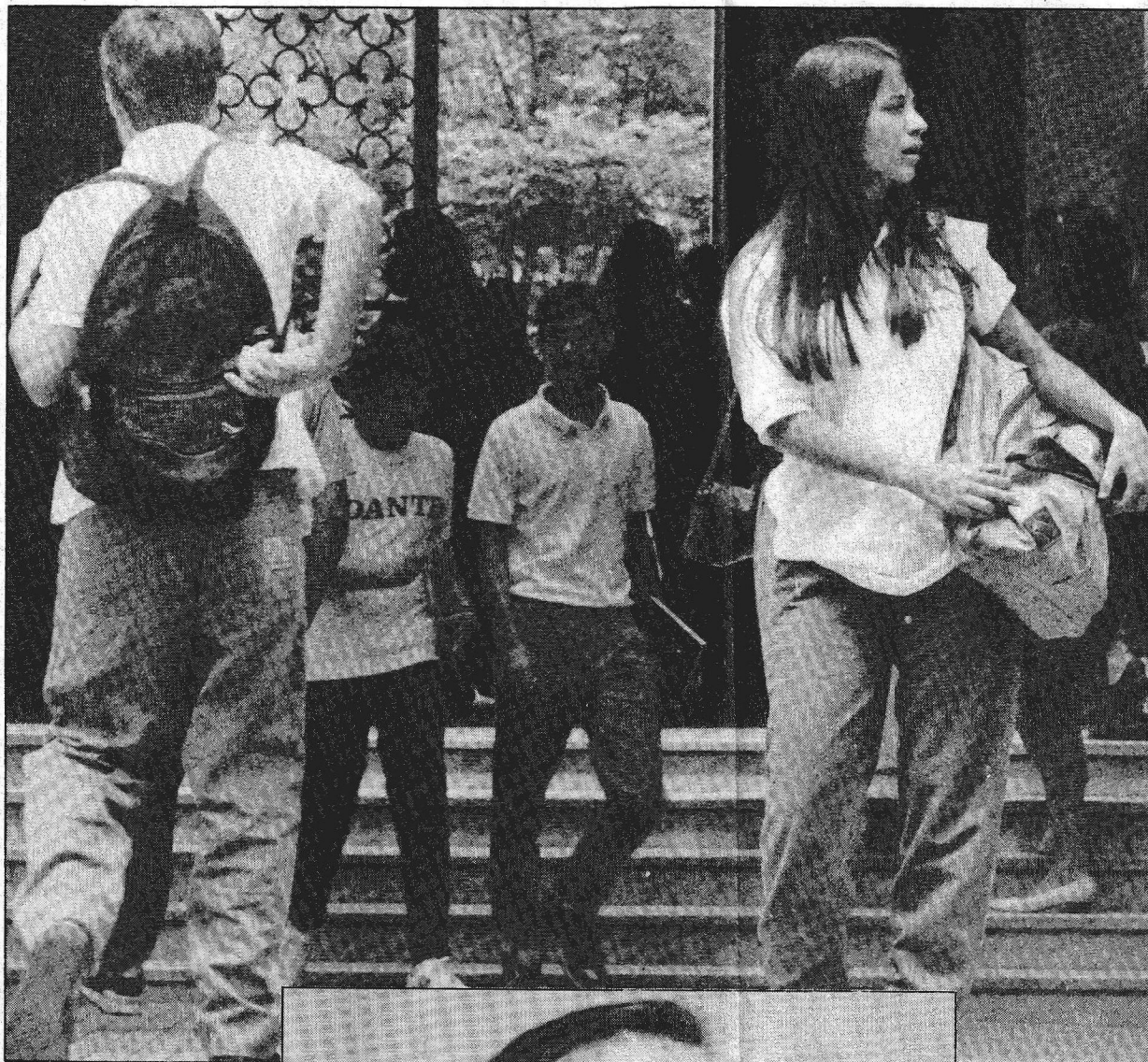
# Pais e escolas medem força na Justiça

Proprietários de escolas e associações de pais de alunos estão entrincheirados em suas posições, ambos os lados contando com a vitória na batalha judicial em torno do reajuste de 26,46% sobre o valor das mensalidades escolares de maio. "Vamos até o fim nesta briga. Acreditamos que nossa posição tem respaldo jurídico muito firme e não recuaremos", anunciou ontem o presidente do Sieceesp (Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino do Estado de São Paulo), José Aurélio Camargo.

O Sieceesp decidiu ignorar a medida liminar obtida pelo Ministério Público cassando o reajuste; preferiu apostar na vitória no Tribunal Regional de Justiça. De acordo com Camargo, a liminar deixava ao sindicato duas opções: uma retratação pública orientando os donos de escolas a não mais cobrarem o aumento ou correr o risco de uma multa diária de Cr\$ 1 milhão. "O sindicato assumirá o ônus da multa, se for o caso, como cabe a uma liderança de classe", disse. O Sieceesp tem 15 dias a partir da notificação (anteontem) para recorrer.

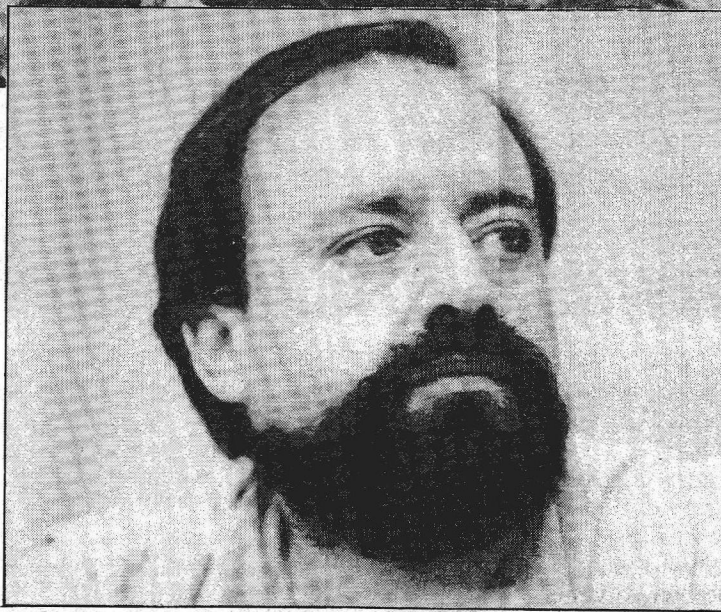
Por sua vez, a presidente da Associação de Pais de Alunos do Estado de São Paulo, Hebe Tolosa, está instruindo os pais para não pagarem a mensalidade de maio. "Pagar em juízo não adianta, pois as ações judiciais são muito longas", desaconselha Hebe. "A experiência mostra que não se consegue reaver o dinheiro". A orientação prática, que será divulgada em nota paga nos jornais de São Paulo, é para que os pais simplesmente não paguem. "A multa e os juros somados não chegam aos 26,46% e o aumento é ilegal."

A Lei 8.170, de 17 de janeiro de 1991, estabeleceu que o princípio da livre negociação entre pais de alunos e donos de escolas para fixação dos valores das mensalidades escolares pode ocorrer em três casos: quando houver discordância do valor da prestação fixado pela escola no início do ano letivo; quando a escola julgar necessário repassar para a mensalidade mais de 70% do reajuste concedido aos professores e funcionários; e, por último, se o dono de escola quiser aplicar um reajuste extra no de-



Arquivo/AE

Os alunos no meio da batalha por causa do aumento das mensalidades entre governo, pais e os donos das escolas, liderados por José Aurélio.



Arquivo/AE

correr do ano, sem que tenha havido aumento de salários.

Nos últimos quatro anos, o governo federal ditou 53 decretos, portarias e leis de regulamentação de reajustes das mensalidades escolares. Como

reação a este excesso de regulamentação, muitas escolas particulares de São Paulo estabeleceram contratos — cuja assinatura é compulsória — em que os pais conhecem que o estabelecimento tem a

prerrogativa de aumentar a mensalidade quando for necessário. Os donos de escolas contam com que estes contratos prevaleçam legalmente sobre o congelamento.

**Fernanda Godoy**